


PERSPECTIVAS INTERCULTURAIS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DOS KADIWÉU NO MATO GROSSO DO SUL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n1-069>

Data de submissão: 06/12/2024

Data de publicação: 06/01/2025

Katia Juliane Lopes de Oliveira

Mestra em Letras

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Neila Barbosa Osório

Pós-Doutora em Educação

Universidade Federal do Tocantins

Leonardo Sampaio Baleeiro Santana

Mestre em Educação

Universidade Federal do Tocantins

RESUMO

Este estudo analisa as práticas pedagógicas no contexto do povo Kadiwéu, situado no Mato Grosso do Sul, com foco na relação entre educação e preservação da identidade cultural. Partindo de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, a pesquisa explora como o ensino formal pode tanto reforçar quanto fragilizar os saberes tradicionais, dependendo da forma como é estruturado e implementado. Identificou-se que práticas pedagógicas que integram a língua nativa, o território e as narrativas orais desempenham papel central no fortalecimento da identidade cultural, enquanto currículos padronizados e descontextualizados podem gerar rupturas identitárias. Os resultados evidenciam que a valorização dos saberes locais e a participação ativa da comunidade são elementos indispensáveis para o sucesso das iniciativas educativas. No entanto, a pesquisa também aponta limitações, como a ausência de dados empíricos e a dependência de materiais bibliográficos que, em sua maioria, refletem perspectivas externas à comunidade indígena. Conclui-se que uma educação intercultural efetiva exige maior autonomia das comunidades na construção de seus currículos, a territorialização das práticas pedagógicas e a formação contínua de educadores indígenas. Por fim, recomenda-se que futuros estudos incluam pesquisas de campo e o diálogo direto com lideranças indígenas para aprofundar as análises e propor soluções concretas.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Identidade. Cultura.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Escolar Indígena no Brasil representa um espaço de tensões e desafios históricos, especialmente no que diz respeito à preservação da identidade cultural e à integração de saberes tradicionais no ensino formal. No contexto do povo Kadiwéu, localizado no Mato Grosso do Sul, as práticas pedagógicas assumem um papel central na construção e manutenção das tradições culturais, ao mesmo tempo em que enfrentam as pressões de um sistema educacional amplamente padronizado e alheio às especificidades indígenas. Este trabalho busca explorar as práticas pedagógicas entre os Kadiwéu e sua relação com a identidade cultural, considerando as interações entre a tradição e as demandas contemporâneas da educação formal.

O foco central deste estudo é compreender como as práticas pedagógicas desenvolvidas entre os Kadiwéu contribuem para o fortalecimento ou enfraquecimento da identidade cultural desse povo. A questão norteadora do trabalho parte do seguinte problema: em que medida as práticas pedagógicas implementadas nas escolas indígenas Kadiwéu conseguem equilibrar a preservação dos saberes tradicionais com a inserção dos alunos em um mundo globalizado? Esse questionamento surge diante de evidências de que, muitas vezes, a educação escolar indígena pode ser um instrumento tanto de resistência cultural quanto de aculturação, dependendo de como é estruturada e conduzida.

A metodologia utilizada neste estudo é qualitativa e bibliográfica, uma vez que busca compreender, por meio da análise de textos acadêmicos, documentos oficiais e obras relacionadas à temática, os processos educacionais vivenciados pelos Kadiwéu. A abordagem qualitativa permite uma análise aprofundada das interações culturais e educacionais, enquanto o levantamento bibliográfico oferece um panorama abrangente das práticas e políticas relacionadas à educação escolar indígena. Esse método é essencial para captar a complexidade do tema, evitando simplificações e abordagens reducionistas.

A justificativa para a realização deste estudo está ancorada na necessidade de lançar luz sobre as dinâmicas educacionais em comunidades indígenas, como os Kadiwéu, que frequentemente são negligenciadas nas discussões sobre políticas públicas e formação docente. Ao compreender como as práticas pedagógicas podem fortalecer ou fragilizar a identidade cultural, espera-se contribuir para o desenvolvimento de abordagens educativas mais sensíveis e contextualizadas, que respeitem a autonomia dos povos indígenas e valorizem seus saberes ancestrais. Além disso, este estudo visa fornecer subsídios teóricos e práticos para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas interessados em promover uma educação verdadeiramente intercultural.

Assim, o presente trabalho se estrutura a partir de uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e sua relação com a identidade cultural Kadiwéu, buscando contribuir para a construção de uma educação que seja, ao mesmo tempo, inclusiva e respeitosa às especificidades culturais indígenas.

2 CAMINHOS FORMATIVOS E A PRESERVAÇÃO CULTURAL: O CONTEXTO KADIWÉU NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Os processos educativos entre os Kadiwéu evidenciam uma complexa inter-relação entre os saberes tradicionais e os modelos de ensino formal de impostos pela sociedade ocidental. O desafio principal é estabelecer uma educação que não atenda apenas às demandas contemporâneas, mas que também valorize e fortaleça a rica herança cultural do povo Kadiwéu. Esse modelo educacional precisa respeitar a dinâmica cultural, garantindo que os elementos simbólicos e linguísticos próprios sejam integrados ao currículo, possibilitando que a escola se torne um espaço de resistência e afirmação identitária. Para isso, a construção de currículos diferenciados, como propõe o RCNEI, tem sido um marco essencial para garantir que a educação escolar indígena cumpra sua função de preservar e promover os valores culturais enquanto dialoga com o mundo externo (Brasil, 1998).

A preservação da língua Kadiwéu é um dos pilares fundamentais no processo educativo, pois a língua constitui a principal ferramenta de expressão cultural e de transmissão de conhecimentos ancestrais. Sem a língua, os mitos, as histórias e os valores que sustentam a coesão da comunidade correm o risco de se perder. Nesse contexto, a Gramática Pedagógica Kadiwéu de Griffiths (1986) desempenha um papel relevante, funcionando como uma ferramenta didática que possibilita não apenas o ensino da língua, mas também a sua revitalização. A língua, como manifestação de identidade, encontra na escola um espaço de ressignificação, onde as novas gerações aprendem a valorizar e a utilizar seu idioma nativo como uma forma de resistência frente às forças homogeneizadoras da sociedade globalizada.

A educação escolar indígena não se limita ao espaço físico da escola; ela se expande para a comunidade e o território. Entre os Kadiwéu, o território é mais do que um espaço geográfico; ele é um elemento simbólico que carrega a memória coletiva e as marcas das relações sociais. Desta forma, o processo educativo integra o reconhecimento do território como parte da construção identitária. A formação dos jovens não pode ser desassociada dessa relação com o espaço, pois é no território que se encontram os elementos que sustentam a cosmologia e os rituais do povo. A partir dessa perspectiva, as práticas pedagógicas precisam conectar os saberes locais a contextos mais amplos, sem que isso implique em uma subordinação cultural ou perda de autonomia (José da Silva, 2004).

A questão da interculturalidade na educação escolar indígena exige uma análise crítica do papel das instituições educativas e dos agentes formadores. A escola, para os Kadiwéu, não pode ser uma simples reprodução dos valores e práticas ocidentais. Ela deve ser um espaço de diálogo, onde os professores indígenas atuam como mediadores culturais, conectando os saberes tradicionais com a exigência do ensino formal. Essa mediação requer uma formação específica para os educadores, que precisam ser capazes de lidar com os desafios impostos por uma educação que se pretende intercultural, mas que, muitas vezes, reproduz lógicas coloniais. A formação de professores indígenas, nesse sentido, deve priorizar tanto o conhecimento acadêmico quanto o aprofundamento nos saberes locais, garantindo que os educadores sejam protagonistas nesse processo (Severo et al., 2023).

A escrita da história pelos próprios Kadiwéu é uma prática pedagógica que reafirma a importância da memória coletiva na construção da identidade cultural. Historicamente, uma narrativa dominante tem relegado os povos indígenas a um papel subalterno, limitando sua presença aos registros históricos ocidentais. No entanto, a partir de práticas pedagógicas que incentivam a produção de conhecimento pelos próprios indígenas, como ocorre em algumas escolas Kadiwéu, é possível reverter esse quadro. Os estudantes são incentivados a documentar suas tradições e histórias familiares, construindo uma memória que não apenas resgata o passado, mas que também fortalece a identidade coletiva em tempos de rápidas transformações culturais (Certeau, 2000).

Os mitos e narrativas orais ocupam um papel central na educação Kadiwéu, sendo mais do que simples histórias contadas pelos anciãos. Esses relatos são relatos de valores éticos e ensinamentos que moldam a visão do mundo das novas gerações. A pedagogia tradicional indígena encontra nesses mitos uma base sólida para a formação dos jovens, que aprendem sobre suas origens, seus deveres para com a comunidade e as relações que devem estabelecer com o meio ambiente. Incorporar esses elementos na educação formal é um desafio que exige criatividade por parte dos educadores e flexibilidade por parte das políticas públicas, para que esses saberes possam coexistir com as disciplinas convocadas do currículo escolar (Pechincha, 1994).

Entre os Kadiwéu, as brincadeiras e competições carregam significados culturais que vão além do simples entretenimento. Eles são momentos de aprendizado, onde valores como a cooperação, a rivalidade saudável e a conexão com o território são reforçados. Essas atividades, quando incorporadas ao currículo escolar, são agradáveis para um aprendizado que integra o corpo e a mente, respeitando as especificidades culturais da comunidade. Além disso, as práticas esportivas tradicionais oferecem uma alternativa ao modelo ocidental de educação física, muitas vezes descolado das realidades culturais locais (Vinha, 1998).

A integração da língua e da cultura Kadiwéu ao ensino formal depende também da produção de materiais pedagógicos específicos. O dicionário Kadiwéu-Português da Sociedade Internacional de Linguística é um exemplo de como a produção de recursos pode apoiar os educadores na tarefa de ensinar uma língua nativa de forma sistematizada. Esse tipo de iniciativa é vital para garantir a continuidade da língua, pois permite que ela seja ensinada de maneira acessível às novas gerações. No entanto, a produção desses materiais precisa ser acompanhada de um esforço para formar professores que saibam utilizá-los de forma eficiente, valorizando sempre a oralidade, que é um dos pilares da cultura Kadiwéu (Sociedade Internacional de Linguística, 2002).

Os desafios enfrentados pelos Kadiwéu para implementar uma educação intercultural eficaz também envolvem questões políticas e econômicas. A ausência de políticas públicas consistentes externas para a educação escolar indígena muitas vezes compromete a continuidade dos projetos educacionais. Além disso, a precariedade de infraestrutura em muitas escolas indígenas reflete o declínio do Estado para essas comunidades. Para reverter esse quadro, é essencial que o diálogo entre os povos indígenas e os formuladores de políticas seja ampliado, garantindo que as especificidades culturais sejam respeitadas e valorizadas (Brasil, 1998).

2.1 A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA INTERCULTURAL

Primeiramente, é necessário considerar que a interculturalidade, em muitos casos, se apresenta como uma proposta de mediação entre conhecimentos indígenas e ocidentais. No entanto, essa mediação frequentemente se traduz em uma assimetria estrutural, onde o saber hegemônico ocidental é considerado o ponto de partida ou de chegada para validar outros saberes. Isso cria uma falsa premissa de diálogo igualitário, que, na prática, pode fortalecer a subordinação do conhecimento indígena à lógica dominante (Certeau, 2000).

Ao enfatizar a necessidade de que os docentes indígenas transitem entre os “dois mundos” – o ocidental e o indígena –, a formação pode inadvertidamente impor uma carga desproporcional a esses educadores. Eles passam a ser responsabilizados por integrar sistemas de conhecimento que, muitas vezes, possuem fundamentos epistemológicos incompatíveis. Essa exigência não é apenas desgastante, mas também pode levar à fragmentação da própria identidade cultural dos educadores, que precisam desempenhar papéis conflitantes em sua prática pedagógica (Severo et al., 2023).

Ademais, a interculturalidade, ao ser institucionalizada, tende a se converter em uma política educativa que normatiza o que deve ou não ser ensinada, mesmo nos contextos indígenas. Isso pode levar à perda de autonomia das comunidades, que muitas vezes são obrigadas a adaptar seus currículos às exigências de organismos externos, como o Estado ou organizações internacionais. Essa

padronização curricular, ainda que disfarçada sob o discurso da interculturalidade, pode inviabilizar a espontaneidade e os prejuízos do ensino tradicional, reduzindo-o a uma reprodução mecânica de conteúdos previamente programados por agentes externos à comunidade (Brasil, 1998).

A questão da formação docente intercultural também precisa ser comprovada à luz da linguagem e dos valores subjacentes que ela carrega. Muitas vezes, o próprio termo "interculturalidade" é utilizado para aplicação de práticas de inserção cultural que visam a aculturação progressiva das comunidades indígenas ao modelo ocidental. A formação docente, nesse contexto, pode se tornar um veículo para a elaboração de um projeto de assimilação, disfarçado de inclusão. Essa dinâmica é especialmente problemática porque mina como bases de resistência cultural dos povos indígenas, transformando a educação em uma ferramenta de diluição identitária, ao invés de uma ponte para o fortalecimento cultural (Carneiro da Cunha, 1986).

A tendência de tratar os professores indígenas como “mediadores culturais” é outro prisma importante, pois enquanto os professores não indígenas continuam sendo vistos como agentes de transmissão do conhecimento legítimo. Essa posição de papéis reforça estereótipos que atribuem aos indígenas uma posição de “intermediários” no sistema educacional, ao invés de reconhecê-los como sujeitos plenos de saber e ação. Isso perpetua a ideia de que o conhecimento indígena precisa sempre ser traduzido, adaptado ou complementado pelo saber ocidental para ganhar legitimidade (Freire, 2002).

A formação docente na perspectiva intercultural também pode ser criticada por sua dependência excessiva de modelos pedagógicos que, muitas vezes, não levam em conta as especificidades locais. As práticas educativas entre os Kadiwéu, por exemplo, são profundamente enraizadas em suas cosmologias e modos de vida. Quando a formação docente tenta importar uma estrutura curricular que não dialoga diretamente com essas particularidades, corre-se o risco de descontextualizar o ensino e criar uma desconexão entre a escola e a comunidade. Essa desconexão compromete tanto a aprendizagem quanto a preservação cultural (José da Silva, 2003).

A abordagem intercultural, ao centralizar o papel da escola como espaço de diálogo entre culturas, supera outras dimensões formativas que ocorrem fora do ambiente escolar. A formação docente que prioriza exclusivamente o espaço escolar tende a subestimar os processos de aprendizagem comunitária, que são igualmente relevantes para a transmissão dos saberes tradicionais. Essa visão limitada do papel da educação dificulta a valorização de práticas informais de ensino que estão profundamente enraizadas no cotidiano das comunidades indígenas (Morin, 2001).

2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E IDENTIDADE CULTURAL

A relação entre práticas pedagógicas e identidade cultural no contexto indígena, particularmente entre os Kadiwéu, exige uma abordagem crítica que vá além da simples adoção de métodos interculturais. Embora a educação seja frequentemente considerada um caminho para o fortalecimento da identidade cultural, é preciso cautela para não romantizar as práticas pedagógicas como instrumentos automaticamente eficazes nesse processo. Há uma tensão inerente entre a necessidade de preservação, tradições culturais e a pressão para incorporar conhecimentos que atendam às demandas do mundo globalizado. Essa tensão, muitas vezes, pode gerar uma fragmentação identitária, em vez de um fortalecimento (Certeau, 2000).

Um problema recorrente na criação de práticas pedagógicas voltadas para a identidade cultural é a tendência de transformação de elementos culturais em conteúdos escolares descontextualizados. Por exemplo, rituais ou histórias tradicionais, ao serem ensinados em um ambiente formal, podem perder seu significado original e serem reduzidos a representações estáticas, desconectadas da dinâmica viva da comunidade. Essa prática de “museificação” da cultura não apenas compromete a proteção dos ensinamentos, mas também limita o potencial transformador da educação, ao tratar a cultura como algo fixo e imutável (Carneiro da Cunha, 1986).

O currículo escolar, ao ser normatizado por instâncias externas, pode acabar impondo limites à expressão cultural, convertendo tradições em objetos de estudo, em vez de práticas vivas e cotidianas. Para que as práticas pedagógicas realmente contribuam para o fortalecimento da identidade cultural, é necessário que sejam concebidos e renovados com a participação ativa das lideranças e dos educadores indígenas, respeitando os ritmos e as prioridades da comunidade (Severo et al., 2023).

Muitas vezes, elementos culturais são utilizados como ferramentas para facilitar o aprendizado de conteúdos ocidentais, como matemática ou ciências. Embora essa estratégia possa parecer eficiente, ela frequentemente transforma os conhecimentos tradicionais em meros recursos didáticos, desconsiderando seu valor intrínseco. Essa instrumentalização reforça a lógica de que o conhecimento indígena só tem validade quando é útil dentro do sistema educacional ocidental, uma perspectiva que desvaloriza as cosmologias e epistemologias indígenas (Griffiths, 1986).

No caso dos Kadiwéu, as práticas como narrativas orais e a transmissão de mitos desempenham um papel central na formação de identidades, mas são ameaçadas pela pressão para incorporar métodos pedagógicos ocidentais. A oralidade, enquanto veículo principal de transmissão de conhecimento, requer um ambiente de aprendizagem que privilegie a escuta ativa e o respeito ao tempo próprio das histórias. No entanto, as exigências curriculares e os tempos rígidos do ensino

formal muitas vezes não permitem que essa forma de transmissão cultural seja totalmente integrada, levando a um enfraquecimento das práticas culturais (Pechincha, 1994).

A relação entre práticas pedagógicas e identidade cultural também deve considerar a centralidade do território. Para os Kadiwéu, o território não é apenas o espaço físico onde vivem, mas uma dimensão simbólica e espiritual que informa todas as suas práticas culturais. As práticas pedagógicas que ignoram essa relação intrínseca entre cultura e território tendem a descontextualizar os saberes locais, limitando a efetividade das iniciativas educacionais diferenciadas para o fortalecimento identitário. A educação, nesse contexto, precisa ser profundamente territorializada, respeitando os significados atribuídos aos lugares pela comunidade (José da Silva, 2004).

Além disso, é importante refletir sobre como as práticas pedagógicas podem reproduzir reprodução interna e externa à comunidade. Nos processos educativos, as decisões sobre quais aspectos culturais devem ser ensinados e como são frequentemente influenciadas por agentes externos, como ONGs, instituições de ensino e o próprio Estado. Essa interferência pode resultar em uma seleção parcial ou invejada dos saberes a serem transmitidos, privilegiando elementos que se alinhem aos interesses externos em detrimento das prioridades da comunidade. Essa prática não apenas prejudica a autonomia comunitária, mas também cria tensão interna entre diferentes grupos da comunidade (Freire, 2002).

A valorização da identidade cultural por meio das práticas pedagógicas também enfrentou desafios relacionados à adaptação dos educadores às demandas da modernidade. Professores indígenas frequentemente veem em uma posição, tentando equilibrar a valorização das tradições culturais com a necessidade de preparar os alunos para um mundo que exige habilidades globais. Essa dualidade pode levar à adoção de práticas pedagógicas que, ao invés de fortalecerem a cultural, criem rupturas no tecido comunitário, separando os jovens de suas raízes culturais (Morin, 2001).

Como práticas pedagógicas, para serem eficazes na promoção da identidade cultural, é preciso considerar o papel da linguagem na construção do sujeito. No caso dos Kadiwéu, a língua desempenha um papel fundamental na transmissão de valores, mitos e conhecimentos. No entanto, muitos programas educacionais tratam a língua indígena como um "conteúdo" a ser ensinado, em vez de um meio de expressão cultural pleno. Isso reduz a língua a uma ferramenta funcional, desconsiderando seu poder como elemento estruturante da cultura e coletiva (Nascimento, 2019).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ponto de partida para essas reflexões é a constatação de que, embora a educação possa ser uma ferramenta para o fortalecimento cultural, ela também carrega riscos de distorção e perda de autonomia quando não é devidamente adaptada às especificidades locais (Brasil, 1998).

As discussões revelam que a interculturalidade, frequentemente apresentada como solução para integrar saberes tradicionais e conhecimentos ocidentais, ainda enfrenta dificuldades significativas na prática. Muitos educadores indígenas relatam que, apesar das boas intenções, as diretrizes curriculares muitas vezes limitam a liberdade pedagógica necessária para incorporar práticas autênticas e culturalmente relevantes. Isso ocorre porque o sistema educacional, ao tentar padronizar os conteúdos, acaba desconsiderando as realidades e prioridades das comunidades indígenas, como os Kadiwéu, que têm na oralidade e no território dois dos principais eixos de transmissão de saberes (Freire, 2002).

A elaboração de gramáticas e dicionários, como os produzidos para o Kadiwéu, tem demonstrado ser uma estratégia eficaz para fortalecer a identidade cultural e, ao mesmo tempo, aumentar a autoestima das novas gerações. Jovens que aprendem a utilizar sua língua nativa no ambiente escolar tendem a desenvolver um maior senso de pertencimento e orgulho de suas origens. No entanto, as discussões indicam que a simples existência desses materiais não é suficiente; é necessário capacitar professores para que saibam utilizá-los de forma integrada e significativa no ensino (Griffiths, 1986).

A análise dos resultados também aponta que as práticas pedagógicas baseadas na valorização cultural precisam ir além do simples resgate de elementos tradicionais. A cultura, enquanto processo dinâmico, está em constante transformação, e as práticas educativas devem refletir essa natureza adaptativa. Por exemplo, entre os Kadiwéu, as práticas esportivas e recreativas foram ressignificadas em muitos casos, passando a incorporar elementos da modernidade sem perder sua conexão com os valores tradicionais. Isso demonstra que as práticas pedagógicas que integram aspectos contemporâneos e tradicionais têm maior potencial de sucesso na promoção de identidades culturais resilientes (Vinha, 1998).

Um aspecto crítico destacado nos resultados é a necessidade de fortalecer a autonomia das comunidades indígenas na construção de seus próprios currículos escolares. Embora o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) represente um avanço, ainda existem lacunas no que diz respeito à participação efetiva das lideranças indígenas nos processos decisórios. Essa exclusão, em alguns casos, resulta na adoção de práticas pedagógicas que não dialogam com as prioridades das comunidades, criando uma desconexão entre a escola e a realidade local. Portanto, a

maior autonomia curricular é essencial para que os processos educativos se tornem mais efetivos e relevantes para as comunidades indígenas (Brasil, 1998).

Os debates também evidenciam o papel central do professor indígena como mediador cultural. Os resultados mostram que esses educadores enfrentam desafios únicos, como a necessidade de transitar entre dois sistemas de conhecimento distintos, o que frequentemente gera tensões internas e externas. No entanto, quando devidamente capacitados e apoiados, esses professores conseguem construir pontes significativas entre os saberes tradicionais e os conteúdos formais, contribuindo para a formação de estudantes que, além de valorizarem sua cultura, estão preparados para enfrentar os desafios de um mundo globalizado (Severo et al., 2023).

Os resultados práticos das iniciativas pedagógicas também mostram que o ambiente escolar pode ser um espaço de resistência cultural, desde que seja pensado de forma contextualizada. Entre os Kadiwéu, projetos educacionais que integram práticas como o cultivo comunitário, os rituais de passagem e as narrativas mitológicas têm demonstrado grande impacto na preservação da identidade cultural. Contudo, os resultados também alertam para os riscos de redução dessas práticas a meros conteúdos didáticos, o que pode diluir sua importância simbólica e espiritual. Portanto, é necessário um cuidado constante para garantir que o ambiente escolar não desvirtue os significados originais dessas práticas (Pechincha, 1994).

Ao utilizar o território como recurso pedagógico, as escolas indígenas conseguem não apenas transmitir conhecimentos acadêmicos, mas também reforçar a conexão dos estudantes com os espaços que constituem sua memória coletiva. Por exemplo, atividades realizadas em locais sagrados ou em áreas de uso tradicional, como as roças comunitárias, têm mostrado ser eficazes na promoção de aprendizagens integradas e no fortalecimento dos laços comunitários. Esses resultados sugerem que a territorialização da educação é uma estratégia indispensável para o fortalecimento cultural (José da Silva, 2004).

Os resultados também destacam a importância de se repensar as práticas avaliativas no contexto da educação escolar indígena. Os métodos ocidentais de avaliação, muitas vezes baseados em critérios padronizados, não conseguem capturar a riqueza e a diversidade dos saberes indígenas. Estudos indicam que práticas avaliativas mais qualitativas, como a observação participativa e a autoavaliação, têm maior aderência aos contextos culturais dos povos indígenas. Essas práticas permitem que os estudantes sejam avaliados não apenas por seu desempenho acadêmico, mas também por sua participação nas atividades comunitárias e culturais (Nascimento, 2019).

Para tanto, as discussões sobre os resultados apontam para a necessidade de maior investimento em políticas públicas voltadas para a formação contínua de professores indígenas.

Embora existam programas de formação inicial, os desafios enfrentados pelos educadores indígenas demandam um acompanhamento constante, que inclua atualizações pedagógicas e apoio emocional. A formação contínua deve ser construída com base nos saberes locais, garantindo que os professores estejam preparados para lidar com as complexidades de sua função e para atuar como agentes de transformação social e cultural (Freire, 2002).

4 CONCLUSÃO

Este estudo permitiu compreender como as práticas pedagógicas desempenham um papel central na preservação ou na erosão da identidade cultural dos Kadiwéu, evidenciando tanto as potencialidades quanto os desafios de uma educação intercultural. Ao analisar as dinâmicas que envolvem o ensino formal e os saberes tradicionais, constatou-se que a educação pode ser tanto um espaço de resistência cultural quanto uma ferramenta de assimilação, dependendo de como os processos são implementados. Os resultados indicam que as práticas pedagógicas que integram de maneira significativa os saberes tradicionais, a língua e o território fortalecem a autonomia e o senso de pertencimento das novas gerações. No entanto, políticas educacionais padronizadas e práticas curriculares descontextualizadas ainda representam obstáculos consideráveis para a efetividade de uma educação que valorize as especificidades culturais.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento da identidade cultural dos Kadiwéu depende de uma abordagem educacional que vá além do simples resgate de elementos tradicionais, englobando a participação ativa da comunidade, a valorização do protagonismo indígena e a territorialização do ensino. Esses aspectos, quando integrados ao processo educativo, podem transformar a escola em um espaço de reafirmação cultural e de preparação para os desafios do mundo contemporâneo. No entanto, para que isso seja viabilizado, é necessário enfrentar questões estruturais e epistemológicas que ainda limitam o alcance de uma educação verdadeiramente intercultural.

4.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, apresenta algumas limitações que devem ser reconhecidas. Primeiramente, a ausência de uma coleta de dados empíricos diretamente junto à comunidade Kadiwéu impediu uma análise mais detalhada e contextualizada das práticas pedagógicas no cotidiano escolar. Embora o levantamento de fontes secundárias e referências acadêmicas tenha fornecido subsídios importantes, a vivência prática e a escuta ativa das lideranças e educadores poderiam oferecer uma perspectiva mais rica e aprofundada sobre os desafios enfrentados.

Além disso, a pesquisa limitou-se a uma abordagem teórica da questão, o que restringiu a possibilidade de observar diretamente os impactos das práticas pedagógicas no fortalecimento ou na diluição da identidade cultural Kadiwéu. Essa ausência de uma dimensão prática também dificulta a identificação de soluções concretas e aplicáveis aos contextos escolares, limitando o alcance dos resultados.

A impossibilidade de abordar todas as especificidades regionais e culturais dos Kadiwéu devido ao escopo delimitado da pesquisa constitui outra limitação. Embora tenha sido possível fornecer uma análise abrangente das práticas pedagógicas e sua relação com a identidade cultural, aspectos como as variações entre diferentes escolas indígenas ou as interações com políticas educacionais locais poderiam enriquecer o trabalho.

4.2 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Com base nas reflexões e limitações apontadas, algumas recomendações para estudos futuros emergem como essenciais. Em primeiro lugar, sugere-se a realização de pesquisas de campo junto às comunidades Kadiwéu, com o objetivo de coletar dados empíricos por meio de entrevistas, observações participativas e estudos de caso. Essa abordagem pode oferecer uma visão mais aprofundada das práticas pedagógicas no cotidiano e das percepções dos próprios educadores e estudantes indígenas sobre os processos educativos.

Recomenda-se o desenvolvimento de estudos comparativos que analisem as práticas pedagógicas em diferentes comunidades indígenas, com o objetivo de identificar modelos educativos que sejam mais eficazes na promoção da interculturalidade e do fortalecimento identitário. Essa abordagem pode ajudar a formular diretrizes mais amplas para a educação escolar indígena no Brasil, considerando a diversidade cultural existente entre os povos indígenas.

Ademais, investigações futuras poderiam explorar o impacto das políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena, avaliando a eficácia de programas como o RCNEI na prática e propondo ajustes baseados em evidências empíricas. Estudos voltados para a formação docente também são cruciais, especialmente no que diz respeito à capacitação de educadores indígenas para atuar como mediadores culturais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI). Brasília: MEC/SEF, 1998. 339 p.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986. 173 p.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. 2. ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 345 p.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. Fontes históricas para avaliação da escola indígena no Brasil. Tellus, Campo Grande, ano 2, n. 3, p. 87-98, out. 2002.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002 a. (Coleção Leitura).
- GRIFFITHS, Glyn. Gramática Pedagógica Kadiwéu. Brasília: SIL, 1986
- JOSÉ DA SILVA, G. Os desafios do ensino de História em uma escola indígena (ou de como os Kadiwéu aprenderam a se tornar “antropólogos de si mesmos”). Simpósio Nacional de História. XXII, 2003, João Pessoa. Anais. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2003.
- JOSÉ DA SILVA, G. A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história. 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Dourados, 2004.
- KOLLER LECZNIESKI, Lisiane - 2005. Estranhos Laços: predação e cuidado entre os Kadiwéu, Tese de doutoramento em antropologia social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MORIN, Edgar. Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2001
- NASCIMENTO, Márcia. Revitalização e ensino de línguas indígenas no Brasil. In: MENEZES, M. M. de. et al. (orgs.). Direitos Humanos em Debate: Educação e Marcadores Sociais da Diferença. Porto Alegre: Cirkula 2019. p. 46-63.
- PECHINCHA, M. T. S. Histórias de admirar: mito, rito e história Kadiwéu. 1994. 202 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1994.
- SEVERO, C. G., BRINGMANN, S., & NASCIMENTO, M. (2023). Espaços e experiências formativas de professores indígenas no ensino superior e a questão linguística. Perspectiva, 41(4), 1–18. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2023.e92633>
- SOCIEDADE INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA. Dicionário da língua Kadiwéu. Kadiwéu-Português. Português-Kadiwéu. Cuiabá: Sociedade Internacional de Lingüística (SIL), 2002. 364 p.

VINHA, M. A Re-significação das Brincadeiras Tradicionais e da Prática Esportiva entre os Índios Kadiwéu. CONEXÕES: educação, esporte, lazer, Campinas, Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, n.3, p. 111-118, 1998.

VINHA, M. A. Índio Kadiwéu: rivalidade e competitividade, diferentes sentidos entre duas memórias. CONEXÕES: educação, esporte, lazer, Campinas, Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, n. 3, p. 55-62, 1998.